

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS ESTADO DA BAHIA

CONTRATO N. ° 312/2019.

Γ	DOCCEIT
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHA C Procuradoria Juridica Administrativa PROJU-ADM
1,	adoria Juridica Administrativa PROJU-ADM
10	Braceta di dinger ao que dienas a su
d	arágrafo único da Lei nº 8666/93 que o resumo e contrato nº firmado entre o A o resumo
Ι'''	nprensa oficial (em foi publicado de
_	(Alma)
	SECRETARIO(A) DA PROJU-ADM
_	PROJU-ADM

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS E, DO OUTRO, VIP FALCÃO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA - ME.

O MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Praça Graciliano de Freitas, s/n, Alagoinhas - BA, inscrito no CNPJ sob número 13.646.005/0001-38, neste ato representado pela Secretária Municipal de Administração, a Sra. LEILA CARLA VILA FLOR SOUZA GABRIEL, inscrita no CPF sob nº. 013.149.245-40, portadora do RG nº. 10006926 63 SSP/BA, doravante denominado CONTRATANTE e a VIP FALCÃO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA - ME inscrita no CNPJ sob nº 08.512.158/0001-52, com sede na Rua Cel. Mathias Rocha, s/n, Centro, Inhambupe — Bahia, neste ato representado por MARIA GREGA DOS SANTOS COELHO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 916.028.155-34, portadora do RG nº 00.993.141-42 SSP/BA, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Contrato, segundo as condições nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. – O presente contrato é celebrado com base na Dispensa de Licitação n.º 090/2019, fulcrada no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, conforme Processo Administrativo nº 9683/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. — Constitui o objeto do presente contrato a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMPLEMENTAR DE APOIO AO CONTROLE DE ACESSO DE PESSOAS ÀS DEPENDÊNCIAS DAS UNIDADES EDUCACIONAIS ONDE SERÃO APLICADAS AS PROVAS DO CONCURSO PÚBLICO 002/2019, NOS DIAS 24/11/2019 e 19/01/2020.

ITEM	DESCRIÇÃO	ESCALA HORAS/TURNO	QTD	VLR. UNIT	VLR. TOTAL
01	CONTROLE DE ACESSO DE PESSOAS ÀS UNIDADES EDUCACIONAIS, QUANDO DA APLICAÇÃO DAS PROVAS DO CONCURSO, NO DIA 24/11/2019.	06 HORAS DIURNO	20	R\$ 114,70	R\$ 2.294,00
02	CONTROLE DE ACESSO DE PESSOAS ÀS UNIDADES EDUCACIONAIS, QUANDO DA APLICAÇÃO DAS PROVAS DO CONCURSO, NO DIA 19/01/2020.	12 HORAS DIURNO	58	R\$ 229,41	R\$ 13.305,78
03	VIATURA FAZENDO RONDAS NO LOCAL INDICADO PELO CONTRATANTE, NOS DIAS 24/11/2019 E 19/01/2020	DIAS	2	R\$ 644,00	R\$ 1.288,00
				VALOR TOTAL	R\$ 16.887,78

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 3.1. Constituem obrigações da CONTRATADA:
- a) Prestar os serviços ora contratados através de equipe técnica especializada e devidamente qualificada, necessária e indispensável à completa e perfeita execução dos serviços, em conformidade com as especificações constantes do Contrato e de acordo com a legislação em vigor;
- b) Mediar conflitos relacionados a abertura e fechamento dos portões das unidades educacionais onde serão aplicadas as provas do Concurso nº 02/2019;



1 juflotts



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS ESTADO DA BAHIA

- Manter a ordem dentro das unidades educacionais, evitando que haja tumulto, agressões ou qualquer outra conduta que crie prejuízo à aplicação das provas;
- d) Fornecer mão de obra, equipamentos e insumos necessários para prestação dos serviços a serem executados na data do Concurso Público 02/2019;
- e) Apresentar relação de profissionais que prestarão os serviços nos dias do Concurso;
- f) Disponibilizar fardamento e crachás próprios com identificação da equipe, para utilização durante a realização do Concurso;
- g) responder por quaisquer encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, securitários e outros resultantes da execução do Contrato;
- h) não transferir ou distribuir o Contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem a prévia e expressa autorização do CONTRATANTE;
- i) manter, durante toda a execução deste contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- j) o presente contrato não implica vínculo empregatício de qualquer natureza, sem subordinação hierárquica e sem horário de trabalho estabelecido pelo CONTRATANTE e consolida todos os eventuais contratos firmados individualmente por seus profissionais;
- k) sem prejuízo dos contatos que poderão se dar via telefone ou internet, a CONTRATADA, sempre que convocada, deverá comparecer às dependências do CONTRATANTE, esclarecendo questões, atendendo consultas que lhe forem formuladas e participando de reuniões para debater acerca de temas relacionados ao objeto do presente contrato;
- são devidos exclusivamente pela CONTRATADA todos os tributos, bem como os encargos trabalhistas e sociais decorrentes da prestação dos serviços contratados, responsabilizando-se a CONTRATADA por eventuais danos ou reclamações trabalhistas e fiscais que o CONTRATANTE venha a sofrer em virtude da cobrança de tais tributos e encargos.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. - O CONTRATANTE se obriga a:

- a) dar ciência à CONTRATADA de qualquer modificação a ser feita no Contrato, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- b) designar prepostos para fiscalizar a execução deste Contrato;
- efetuar nos prazos indicados, os pagamentos devidos à CONTRATADA;
- d) verificar e aceitar as faturas emitidas pela **CONTRATADA**, recusando-as quando inexatas e incorretas, ficando, nestes casos, o prazo suspenso, que somente voltará a fluir após a apresentação da novas faturas corretas;
- e) notificar por escrito, à CONTRATADA, quando da aplicação de multas previstas neste Contrato;
- declarar os serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

5.1. – O Contrato terá vigência pelo prazo de **06 (seis) meses** a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com o art. 57 da Lei 8.666/93.

PMA VISTO for so don't

2 hyfloth



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS ESTADO DA BAHIA

PARÁGRAFO ÚNICO - Em caso de rescisão, obrigar-se-á o CONTRATANTE, apenas, ao pagamento dos serviços prestados.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. - O valor global estimado deste Contrato é da ordem de R\$16.887,78 (dezesseis mil oitocentos e oitenta e sete reais e setenta e oito centavos), a ser pago de acordo com os servicos prestados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO

7.1. - Os valores fixados na Cláusula Sexta do presente instrumento contratual são fixos e irreajustáveis pelo período de um ano, contado a partir da data de assinatura do contrato, não sendo reajustados automaticamente.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. - Os pagamentos serão efetuados, mediante a apresentação da (s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s), em até 30 (trinta) dias, após a entrega da(s) mesma(s), devidamente aceita(s) e aprovada(s) pela unidade competente, através de ordem bancária creditada em favor do CONTRATADO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO enquanto pendente a liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Havendo erro nas faturas ou descumprimento das condições do ajuste, no todo ou em parte, a tramitação das mesmas será suspensa para que o CONTRATADO tome as providências necessárias à devida correção. Passará a ser considerada, para efeito de pagamento, a data de representação das faturas após regularizada a situação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O CONTRATANTE poderá sustar no todo ou parte, os pagamentos devidos sempre que ocorrer irregularidades na prestação dos serviços ou nas faturas apresentadas.

<u>CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>

9.1. - As despesas decorrentes da Contratação do objeto deste Contrato correrão à conta dos recursos alocados no orçamento:

SECRETARIA/U.O	PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE
SEMAD/030303	2011	33.90.39	00

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

10.1. - A fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato ficarão a cargo da Secretaria da Municipal de Administração, sem excluir ou reduzir a responsabilidade da CONTRATADA na forma das disposições estabelecidas na Seção IV, da Lei n.º 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

PARÁGRAFO ÚNICO - O CONTRATANTE, através da sua fiscalização, rejeitará no todo ou parte os serviços executados em desacordo com o previsto neste Contrato.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL</u>

- 11.1. Este Contrato poderá ser rescindido pelo CONTRATANTE, independentemente de notificação ou interpelação judicial, sem que assista à CONTRATADA direito a qualquer indenização, nas seguintes hipóteses:
- inadimplemento pela CONTRATADA de quaisquer das CLÁUSULAS e condições aqui a) estabelecidas;
- b) atraso no cumprimento das "Ordens de Serviço";

aughour 3 jughour PNIA ISTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS ESTADO DA BAHIA

- c) superveniência de incapacidade financeira da CONTRATADA devidamente comprovada;
- d) falência, liquidação judicial ou extrajudicial, ou concordata da **CONTRATADA**, requeridas ou decretadas;
- e) cessão total ou parcial deste Contrato e dos créditos dele decorrentes, sem prévia e escrita autorização do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Rescindido o Contrato, por quaisquer destes motivos, o **CONTRATADO** terá direito, apenas, ao pagamento, dos serviços efetivamente prestados e aceitos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Ficará o presente Contrato rescindido, de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo das sanções cabíveis nos casos enumerados nos arts. 78 e 80 da Lei n.º 8.666/93, alterada pela Lei n.º 8.883/94.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

12.1. – Este instrumento poderá ser alterado em decorrência de quaisquer dos fatos estipulados no art 65, da Lei n.º 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, com as devidas justificativas.

PARÁGRAFO ÚNICO – Reserva-se ao **CONTRATANTE** o direito de ampliar ou reduzir o objeto deste Contrato, no limite legal, garantindo-se à **CONTRATADA** o pagamento dos custos que forem acrescidos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA COBRANÇA JUDICIAL

13.1. – As importâncias devidas pela **CONTRATADA** ou **CONTRATANTE** serão cobradas através de processo de execução, ressalvada a cobrança direta, mediante retenção, sempre que possível.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

14.1. — De conformidade com o art. 86, da Lei n.º 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, o atraso injustificado na execução dos serviços objeto deste Contrato, sujeitará a **CONTRATADA** à multa de 0,33% (zero virgula trinta e três por cento) ao dia até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do serviço ou entrega não realizado. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, será observado o percentual de 0,43% (zero virgula quarenta e três por cento) ao dia até o limite máximo de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato, sem prejuízo das sanções previstas no Parágrafo Único desta Cláusula.

PARÁGRAFO ÚNICO – A adjudicatária **CONTRATADA** sujeitar-se-á, no caso de inadimplemento de suas obrigações, às seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, se for o caso, de acordo com a Lei 8.666/93, em sua atual redação, apurado em processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório constitucional:

- a) Advertência;
- Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato quando o contratado, sem justa causa, deixar de cumprir o prazo estabelecido na sua proposta, conforme estabelecido na CLÁUSULA 14.1;
- c) Multa de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contrato por violação de qualquer dispositivo contratual, dobrável em caso de reincidência;
- d) Suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Alagoinhas, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto pendurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.
- 14.2. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública será de competências do Prefeito Municipal de Alagoinhas, as demais penalidades serão de competência do(s) Secretário(s) da(s) Secretaria(s) solicitante(s), no caso em apreço a Secretaria Municipal de Administração.

PMA VISTO AROJU-AM) ROJURGOVIO

4 highory



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS ESTADO DA BAHIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- **15.1.** Os prazos de início da execução do Contrato admitem prorrogação, a critério do **CONTRATANTE**, mantido todos os direitos, obrigações e responsabilidades, desde que ocorra em dos seguintes motivos:
- a) superveniência de fato excepcional e imprevisível, alheio à vontade das partes, que altere, fundamentalmente, as condições da execução;
- b) interrupção da execução do serviço por ordem escrita e no interesse do **CONTRATANTE**;
- c) impedimento, total ou parcial, da execução do Contrato pela superveniência de caso fortuito ou força maior, alegada logo em seguida à sua ocorrência e reconhecida pelo **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Qualquer omissão ou tolerância das partes ao exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste Contrato, Anexos e Aditivos, ou o exercício de prerrogativas deles decorrentes, não constituirá renúncia ou novação nem afetará o direito das partes contratantes em exercê-lo a qualquer tempo;

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA responderá por todos os danos que causar ao CONTRATANTE, ou a terceiros, por si, seus empregados ou prepostos.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo de Dispensa de Licitação.

PARÁGRAFO QUINTO - O presente Contrato não poderá ser objeto de subcontratação, cessão ou transferência, no todo ou em parte.

PARÁGRAFO SEXTO – Na interpretação das disposições deste Contrato e integração das omissões, desde que compatíveis com os preceitos de Direito Público, aplicar-se-á, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. – Fica eleito o Foro da cidade de Alagoinhas, Estado da Bahia, para solução de questões relativas a este Contrato, com expressa renúncia das partes a qualquer outro, por mais especial que seja.

E por estarem de pleno acordo, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo firmadas.

Alagoinhas, 18 de novembro de 2019.

LEILA CARLA VILA FLOR SOUZA GABRIEL SECRETARIA CONTRATANTE

EL

VIP FALCÃO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA - ME

Rep. p/ Maria Grega dos Santos Coelho CONTRATADA

TESTEMUNHA 01: Jeane Meyer Pitta Ramos

TESTEMUNHA 02: Autorio Carla vitorio

CPF: 226.186.275-04

PMA VISTO AROJU-ADM

5





CONTRATOS

CONTRATOS

Contrato nº. 310/2019 — Contratante: Município de Alagoinhas — C.N.P.J. n.º 13.646.005/0001-38 — Contratada: Asteman Assistência Técnica de Equipamentos Médico Hospitalar Ltda Me — CNPJ n.º 34.315.655/0001-70 — Procedimento Licitatório: Dispensa de Licitação n.º 088/2019 — Objeto: Contratação de empresa para manutenção corretiva de aparelhos de ultrassom e tens de utilização da unidade de reintegração funcional no município de Alagoinhas — Bahia - Valor: R\$ 1.120,00 (Um mil cento e vinte reais) - Data de Assinatura: 11/11/2019.

Contrato nº. 312/2019 — Contratante: Município de Alagoinhas — C.N.P.J. n.º 13.646.005/0001-38 — Contratada: Vip Falcão Segurança Patrimonial Ltda ME — CNPJ n.º 08.512.158/0001-52 - Procedimento Licitatório: Dispensa de Licitação n.º 090/2019 — Objeto: contratação de empresa para prestação de serviço complementar de apoio ao controle de acesso de pessoas às dependências das unidades educacionais onde serão aplicadas as provas do Concurso Público 002/2019, nos dias 24/11/2019 e 19/01/2020- Valor: R\$ 16.887,78 (dezesseis mil oitocentos e oitenta e sete reais e setenta e oito centavos) - Data de Assinatura: 18/11/2019.